

**II Encontro Nacional de Procuradorias,  
Assessorias e Consultorias dos Tribunais de  
Contas – II ENAPAC  
Belo Horizonte – Minas Gerais  
5 e 6 de agosto de 2026**

**Saudações protocolares**

Saudações protocolares... (Presidente do TCE Minas Gerais, Presidente do IRB, CNPTC, Abracom, Audicon, ANTC  
Autoridades presentes...

**Discurso**

É uma grande satisfação estar aqui, em Belo Horizonte, para a abertura do II Encontro Nacional de Procuradorias, Assessorias e Consultorias Jurídicas dos Tribunais de Contas.

E é especialmente significativo que este encontro aconteça em Minas Gerais. Poucos lugares do Brasil carregam de forma tão intensa a memória da

construção das nossas instituições, dos ideais republicanos e das grandes transformações políticas e jurídicas que ajudaram a formar o nosso País.

Minas nos ensina, pela sua própria história, que instituições fortes não surgem por acaso.

Elas são construídas. São aperfeiçoadas. E, sobretudo, precisam ser permanentemente defendidas.

Talvez por isso este seja um ambiente tão apropriado para reunirmos justamente aqueles que, todos os dias, trabalham para oferecer **segurança jurídica às nossas instituições**.

Por isso, registro o reconhecimento e o agradecimento da Atricon ao TCE de Minas Gerais e ao Instituto Rui Barbosa pela parceria e pela dedicação para tornar possível este encontro.

E quero aproveitar esta oportunidade para tratar de uma agenda que, nos últimos anos, passou a ocupar uma posição absolutamente estratégica para a Atricon e para todo o Sistema Tribunais de Contas: **nossa atuação jurídica perante o Poder Judiciário.**

Quando assumimos a Presidência da Atricon, estabelecemos como uma das prioridades da nossa gestão fortalecer a presença dos Tribunais de Contas nos espaços em que são tomadas decisões capazes de impactar diretamente nossas competências, nossa autonomia e nossas prerrogativas constitucionais.

Foi com essa visão que, sob a liderança do meu caro amigo, Conselheiro Carlos Neves, estruturamos, no âmbito da Vice-Presidência de Relações Jurídico-Institucionais, uma atuação permanente, técnica e estratégica voltada ao acompanhamento

das ações judiciais de interesse dos Tribunais de Contas.

E há um número que talvez sintetize melhor a importância dessa estratégia e os resultados desse trabalho.

Quando comparamos as teses defendidas pela Atricon com o resultado dos julgamentos acompanhados ao longo desses últimos dois anos, **chegamos a uma taxa de êxito de 82,4%.**

**Oitenta e dois vírgula quatro por cento!**

É um resultado histórico.

Mas esse número não deve ser compreendido apenas como uma estatística. Por trás desses 82,4% existem decisões que ajudaram a redefinir e a fortalecer a

posição constitucional dos Tribunais de Contas no Brasil.

Muitos dos temas submetidos ao Poder Judiciário envolvem particularidades do controle externo que nem sempre são facilmente compreendidas por quem não vivencia diariamente a realidade dos Tribunais de Contas.

Uma das nossas principais missões passou a ser justamente esta: traduzir ao Poder Judiciário a complexidade e as especificidades do Sistema Tribunais de Contas, permitindo que os julgadores compreendam, com clareza e precisão, as consequências de cada decisão.

**E nenhuma dessas conquistas seria possível sem a participação das unidades jurídicas dos nossos Tribunais.**

São vocês que conhecem a realidade de cada Tribunal de Contas.

São vocês que identificam os problemas antes que eles alcancem os Tribunais Superiores.

São vocês que defendem diariamente nossas instituições perante o Poder Judiciário.

E são vocês que fornecem grande parte das informações e dos fundamentos que permitem à Atricon desenvolver uma atuação nacional coordenada.

Por isso, à medida que nossa atuação perante o Poder Judiciário crescia, uma conclusão se tornava cada vez mais evidente: **precisávamos aproximar essas unidades.**

Precisávamos criar um espaço permanente em que Procuradorias, Assessorias e Consultorias Jurídicas dos 33 Tribunais de Contas brasileiros pudessem compartilhar informações, precedentes, estratégias e soluções.

Em 2 de junho deste ano, a Atricon e o Instituto Rui Barbosa instituíram oficialmente a Rede de Lideranças das Unidades Jurídicas dos Tribunais de Contas – REJUR.

A REJUR nasce com objetivos muito claros: compartilhar informações estratégicas, promover o intercâmbio de boas práticas e criar um ambiente permanente de cooperação técnica.

Tenho absoluta confiança de que, sob a coordenação do Conselheiro Carlos Neves e com a participação de todos vocês, a REJUR se consolidará como uma

das grandes redes colaborativas do Sistema Tribunais de Contas.

E este II ENAPAC representa o ambiente perfeito para marcarmos oficialmente o início dessa nova etapa. Um espaço para aproximarmos pessoas que, embora estejam em diferentes regiões do País, enfrentam diariamente desafios jurídicos muito semelhantes.

Estarão presentes ao longo destes dias temas como governança pública, integridade, inovação, transformação digital e, **sobretudo, segurança jurídica.**

Segurança jurídica não significa impedir mudanças. Não significa criar obstáculos à Administração. E muito menos significa substituir quem possui competência para decidir.

Segurança jurídica significa permitir que a instituição **inove com responsabilidade, decida com conhecimento dos riscos e exerça suas competências com confiança.**

**As unidades jurídicas são, portanto, parte essencial da governança dos Tribunais de Contas.**

E, quando essas unidades passam a trabalhar em rede, esse conhecimento deixa de pertencer apenas a uma instituição. **Ele passa a servir a todo o Sistema.**

É exatamente esse espírito que queremos fortalecer.

Permitam-me concluir com uma convicção que se tornou ainda mais forte ao longo desses últimos anos à frente da Atricon: **COMPREENDEMOS QUE DEFENDER AS COMPETÊNCIAS E AS PRERROGATIVAS DOS TRIBUNAIS DE**

## **CONTAS NÃO SIGNIFICA DEFENDER INTERESSES CORPORATIVOS.**

Significa preservar as condições necessárias para que o controle externo possa cumprir sua missão.

Significa defender instituições capazes de fiscalizar com independência.

Significa fortalecer a boa governança.

Significa proteger os recursos públicos.

E significa, em última análise, **defender a própria sociedade brasileira.**

Que este II ENAPAC seja, portanto, mais do que um encontro. Que seja o marco de uma nova etapa da integração jurídica do Sistema Tribunais de Contas.

E que possamos sair de Belo Horizonte ainda mais unidos, preparados e conscientes da responsabilidade que temos pela frente.

**Porque instituições fortes precisam de segurança jurídica.**

**E segurança jurídica exige instituições que dialoguem.**

**E um Sistema que atua unido é sempre mais forte para defender a Constituição, o interesse público e a sociedade.**

Muito obrigado.